



		ATIVIDADES						
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						400.000
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL					F 3 1 2 90 0 1000	400.000
		TOTAL - FISCAL						400.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						400.000

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14128 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

		PROGRAMA/A CAOSUBTITULO/PRODUTO						
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						224.059
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL					F 3 1 2 90 0 1000	224.059
		TOTAL - FISCAL						224.059
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						224.059

PORTARIA Nº 446, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000, resolve:

- Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2006 a agosto de 2007, constante do Anexo desta Portaria.
- Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. MARCO AURÉLIO
ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I

RS Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	120.106	127	120.233
Pessoal Ativo	84.974	127	85.101
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	4.676	-	4.676
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	80.297	127	80.424
Pessoal Inativo e Pensionistas	35.132	-	35.132
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	49.638	-	49.638
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	4.676	-	4.676
Despesas de Exercícios Anteriores	17.079	-	17.079
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.882	-	27.882
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	70.468	127	70.595
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)¹			362.612.840
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV) = (III/IV) x 100			0,019468
LIMITE MÁXIMO (inciso I do art. 20 da LRF) - <%=	0,043969		159.437
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%=	0,041770		151.463
FONTE: SLAFI e COFIC/SOF/ISE			

¹ Valores referentes à Portaria STN nº 619, de 18/09/2007.

Notas:
1) Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) No total da *Despesa Bruta com Pessoal* estão computados os seguintes valores: (em R\$ Milhares)
- a) Total concernente à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias): 10.429
 - b) Do valor acima, referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União): 10.274

ATHAYDE FONTOURA FILHO
Diretor-Geral

ANTÔNIO CARLOS ELTETO DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL
CARVALHO
Secretário de Controle Interno

JUCEMARA CASTRO VELLOSO
Secretária de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Min. MARCO AURÉLIO
Presidente do Tribunal

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
SECRETARIA DO TRIBUNAL**

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 25 de setembro de 2007

Ratifico, na forma do artigo 26 da Lei nº 8.666/1993, a inexistência de licitação, com vistas ao credenciamento da Fundação Zerbini, para prestação de serviços ao Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho, com fulcro no artigo 25 da Lei nº 8.666/1993.

ALEXANDRE DE JESUS COELHO MACHADO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 260, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O TENENTE BRIGADEIRO DO AR HENRIQUE MARINI E SOUZA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO para o período de Setembro/2006 a Agosto/2007.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), de 04.05.2000, observadas as prescrições da Portaria nº 632/STN, de 30.08.2006 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadro anexos.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ten. Brig. Ar HENRIQUE MARINI E SOUZA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007

I - LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

RS Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 Meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	209.229	71	209.300
Pessoal Ativo	104.994	68	105.062
Sentenças Judiciais - Pessoal do Próprio Órgão	0	0	0
Sentenças Judiciais - Pessoal de Outros Órgãos e Entidades	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	104.994	68	105.062
Pessoal Inativo e Pensionistas	104.235	3	104.238
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	68.228	0	68.228
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	51	0	51
Despesas de Exercícios Anteriores	1.350	0	1.350
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	66.827	0	66.827
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	141.001	71	141.072



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			362.612.840
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	0,038885%	0,000020%	0,038904 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,080726 %			292.723
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,076690 %			278.087

Observações:

- (1) Fonte dos dados: SIAFI2006/2007/CELULAS
- (2) RCL publicada pela Portaria nº 619/STN, de 18/09/2007.
- (3) Limite Prudencial - LRF = 0,076690% (alterados pela Resolução nº. 26/CNJ, de 05/12/2006)
- (4) Do valor de R\$2.955.844,24 relativos às Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$1.605.560,65, foram pagos com recursos vinculados às fontes 156 e 169.
- (5) Do valor de R\$142.708,32 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial, apurados no período, R\$91.200,88, foram pagos com recursos vinculados a fonte 156 e 169.

2 - LRF, art. 54, inciso III e parágrafo único (assinaturas):

Ten Brig. Ar HENRIQUE MARINI E SOUZA MOZART ARRUDA CAVALCANTI
Ministro-Presidente Diretor-Geral
Em exercício

JORGE FELIPE DA CAL VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Planejamento Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 538, DE 25 DE SETEMBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Regional, correspondente ao segundo quadrimestre de 2007, nos termos do inciso III e parágrafo único do artigo 54, e do § 2º do artigo 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. CARMO ANTÔNIO DE SOUZA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2006 a AGOSTO/2007		
	LÍQUIDAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.130	229	17.360
Pessoal Ativo	16.647	226	16.873
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e Outros da Adm. Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	16.647	226	16.873
Pessoal Inativo e Pensionistas	483	3	486
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º ART. 19 da LRF) (II)	488	220	708
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	8	220	229
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	480	-	480
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I-II)	16.642	9	16.651
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ¹			362.612.840
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100			0,004592
LIMITE MÁXIMO (Inciso I, do art. 20 da LRF) - <=> 0,007835			28.411
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=> 0,007443			26.989

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
- Valores referentes à Portaria STN nº 619, de 18/09/2007.

Notas:

- (1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em RESTOS A PAGAR não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63, da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- (2) No total da Despesa Bruta com Pessoal estão computados os seguintes valores: (em R\$ milhares)
 - a) Total concernente à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias): 2.007.
 - b) Do valor acima, referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União): 1.869.

Des. CARMO ANTÔNIO DE SOUZA
Presidente do Tribunal

LENA MÁRCIA BORGES DE SOUZA MENDES
Diretora-Geral

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Gestor Financeiro

DAISE DO SOCORRO SANCHES SANTOS
Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 232, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de setembro de 2006 a agosto de 2007, anexo a esta Portaria.

Des. ESTEVAM CARLOS LIMA MAIA
Em exercício

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007		
	LÍQUIDAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	45.629	1.292	46.921
Pessoal Ativo	35.305	1.146	36.451
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	35.305	1.146	36.451
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.324	146	10.470
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	8.076	1.055	9.132
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	932	932
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.076	123	8.199
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I-II)	37.552	237	37.789
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ¹			362.612.840
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100			0,010421
LIMITE MÁXIMO (Inciso I do art. 20 da LRF) - %	0,023607		85.602
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - %	0,022427		81.323
FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE			
¹ Valores referentes à Portaria STN nº 619, de 18/09/2007.			

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) No total da Despesa Bruta com Pessoal estão computados os seguintes valores: (em R\$ Milhares)
- a) Total concernente à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias): 4.191
 - b) Do valor acima, referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União): 4.059

JOSÉ HEVALDO RABELLO MENDES
Gestor Financeiro

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO
Coordenadora de Controle Interno

GUILHERME DE SOUSA JULIANO
Diretor-Geral

ESTEVAM CARLOS LIMA MAIA
Presidente do Tribunal
Em exercício

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 4, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao período de setembro/2006 a agosto/2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

FREDERICO GUILHERME PIMENTEL

ANEXO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007		
	LÍQUIDAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	41.379	573	41.952
Pessoal Ativo	33.153	569	33.722
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	33.153	569	33.722